

ABERTURA

Maria de Lurdes Rodrigues*

No tema em discussão – a relação entre a escola, a família e a comunidade – é importante reconhecer que, ao longo do século XX, assistimos a processos parcialmente sobrepostos mas divergentes, e geradores de uma tensão com aquela que é actualmente a visão mais consensual do problema. Se hoje aceitamos a necessidade de a escola se abrir à participação de vários parceiros, vigorou durante décadas um modelo assente na assunção quase exclusiva de responsabilidades pelo Estado central. O paradigma assentava em três eixos: a construção de um sistema educativo nacional; a imputação ao Estado central das responsabilidades de organização, afectação e gestão de recursos; e a uniformização dos conteúdos e métodos de ensino. A escola era uma organização que prestava um serviço público segundo uma lógica de fechamento institucional, onde intervinham os profissionais com maior ou menor grau de autonomia no exercício da actividade pedagógica.

Um dos objectivos do sistema era o de seleccionar e formar elites; o outro era o de permitir a todos a aquisição de competências mínimas: saber ler, escrever e contar. Porém, o sentido de competências *mínimas* e de *todos* evoluiu ao longo do século XX, e os objectivos dos sistemas foram progressivamente redefinidos. A escolaridade obrigatória passou de 3 anos para 4, de 4 para 6, depois para 9, e hoje discute-se o alargamento para 12 anos. As competências já não são designadas como *mínimas*, mas *básicas*: não é fundamental apenas (saber) ler, escrever e contar, mas também saber responder às exigências de compreensão de um mundo em rápida mudança (acelerada).

É no ponto de encontro destes movimentos – um, uniformizador do desenho tanto do sistema e das organizações, como dos conteúdos e dos métodos de ensino; outro, diferenciador dos percursos e gerador de complexidade sistémica – que emerge a preocupação com as exigências de eficiência do sistema e de obtenção de resultados. O confronto com esta questão levanta o problema mais amplo da responsabilidade do

* Ministra da Educação

Estado central na organização, afectação e gestão dos recursos – e, de forma contígua, a questão da abertura da escola à participação de outros agentes. Existem outros parceiros que, para além do Estado central, podem e devem participar localmente na prestação do serviço público de educação, partilhando responsabilidades e obtendo ganhos de eficiência e qualidade? Ao contrário de há 30 anos, é hoje aceite a ideia de que a prestação do serviço ganha com o envolvimento e responsabilização de parceiros para além do poder central. Esta problemática levanta duas questões.

A primeira diz respeito à estratégia de concretização da mudança. Definido o caminho a percorrer a partir de um ponto inicial, é crítico reflectir sobre a metodologia de transição. Sem esta reflexão, corre-se o risco da responsabilidade cair no vazio, como ocorreu no passado na transferência para as autarquias dos estabelecimentos do 1.º ciclo: as escolas ficaram entregues a si mesmas, e o resultado é o degradado parque escolar que herdámos. Tal só sucedeu porque não foram definidos instrumentos de responsabilização e de controlo dos resultados. Hoje, temos de garantir que, ao transferir competências e responsabilidades, o serviço público não será interrompido nem degradado.

A segunda é respeitante à definição clara dos papéis e responsabilidades. Para este efeito, é útil definir um triângulo que tem como vértices: o Estado, que detém a responsabilidade última da afectação dos recursos; as escolas, que gerem os recursos na prestação do serviço; e as autarquias, pais, e outros agentes que, exteriores à escola, constituem a comunidade educativa. Consoante o nível de responsabilidades, existe uma divisão por diferentes vértices. Ao Estado central compete a definição de orientações gerais, mas a sua concretização requer a participação da escola, dos pais e da comunidade local. No plano da afectação de recursos, a responsabilidade é partilhada entre o poder central e o local, mas também aqui a escola tem um papel na sua gestão. No plano da prestação do serviço, a responsabilidade é quase exclusiva da escola, e a sua autonomia deve ser reforçada. Por fim, no plano do controlo e avaliação, certas dimensões são da

responsabilidade do poder central, mas outras podem ser exercidas a nível local.

No eixo Estado-escolas, reforçámos as competências destas, envolvendo-as em missões novas. Dou o exemplo da regulação da componente não lectiva do horário dos professores. Inicialmente, as escolas pretendiam que o ME definisse o número de horas desta componente, como é que ela devia ser utilizada, ou em que áreas de actividade. No entanto, o ME resistiu e, como consequência, as escolas cresceram em autonomia, passando a gerir esse tempo de um modo eficiente, tendo em conta as suas necessidades e a diversidade de situações dos docentes.

No eixo Estado-autarquias, considero que estas podem fazer melhor gestão local, substituindo o ME em certas responsabilidades. Neste processo de transferência, os receios são maiores, em parte porque o ponto de partida das autarquias é muito desigual, e esta assimetria limita a atribuição de maiores responsabilidades. Na relação directa com as autarquias, o ME obteve uma resposta muito positiva, de que é exemplo o trabalho que permitiu a generalização do Inglês e das actividades de enriquecimento curricular. Estamos confiantes que os passos dados levarão a que as autarquias se sintam, com o tempo, mais confortáveis na assunção das suas responsabilidades.

Sobra, deste triângulo, a articulação entre as escolas e as autarquias. Aqui também é necessária clareza no processo de transição, em respeito do reforço das competências e da autonomia das escolas e dos professores sem conflitar com a ampliação do papel das autarquias e dos pais. A clareza na definição das responsabilidades das partes será, também neste eixo, decisiva para que o processo seja gerador de confiança e permita trazer melhorias de qualidade na prestação do serviço público de educação.

Júlio Pedrosa*

Senhora Ministra da Educação. Senhor Professor Doutor Mário Pinto, Senhora Conselheira Maria Emília Brederode dos Santos, Senhoras e Senhores Conselheiros, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

A institucionalização do Conselho Nacional de Educação, como órgão de consulta independente em matéria de política educativa, encontra-se consignada no artigo 46.º da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.

Um ano depois, é também a Assembleia da República que irá definir o estatuto orgânico do CNE, através da aprovação da Lei n.º 31/87, de 9 de Julho, dando assim corpo à ideia de dotar o sistema educativo de uma instância específica de participação das várias forças sociais, culturais e económicas, na procura de consensos alargados relativamente à política educativa.

Passados vinte anos desde a sua criação, não posso deixar de assinalar os vários momentos de reflexão interna sobre a natureza e a acção do Conselho Nacional de Educação, como factos relevantes da construção da identidade desta instituição: a revisão da Lei Orgânica, em 1997, que permitiu ampliar o âmbito de representação do Conselho, a reflexão alargada pelos diferentes presidentes do Conselho Nacional de Educação, no âmbito da comemoração dos 15 anos do Conselho e, mais recentemente, a aprovação, por unanimidade, do documento “O Estatuto e Missão do Conselho Nacional de Educação”, em sessão plenária de 26 de Outubro de 2006.

No mesmo sentido se inscrevem as iniciativas que preparámos para assinalar a data da fundação do Conselho. Assim, procurou-se que estas realizações correspondessem à necessidade de aprofundamento de importantes temáticas da política educativa actual e que, desse modo, pudessem ser enriquecidas com a abrangência de visões que o CNE, pela sua própria natureza, assegura.

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

Este seminário, dedicado às relações entre a Escola, a Família e a Comunidade, é a primeira dessas iniciativas. Agradeço à Senhora Ministra da Educação a atenção que quis ter para com o Conselho ao associar-se a estas comemorações.

Sabemos bem que tem uma agenda muito ocupada, agora acrescida com as funções da Presidência Portuguesa da União Europeia e, por isso, tem ainda mais significado a sua presença nesta sessão. Aceite, Senhora Ministra, os meus cumprimentos e o reconhecimento deste Conselho.

Também o Senhor Professor Doutor Mário Pinto, que foi o primeiro presidente, eleito pela Assembleia da República, do Conselho Nacional de Educação, nos quis dar a honra da sua presença. Ao longo destes vinte anos acompanhou sempre com interesse a actividade do Conselho e por isso, Senhor Professor, deu-me uma grande alegria quando aceitou participar nestas comemorações e trazer-nos o seu modo de ver a missão e os fins que o Conselho deve prosseguir. Muito obrigado ao Senhor Professor Mário Pinto.

Permitam-me que apresente, brevemente, as iniciativas que preparámos para assinalar estes vinte anos do Conselho Nacional de Educação.

O tema deste seminário “Escola, Família e Comunidade” corresponde a uma das questões analisadas e discutidas durante o Debate Nacional sobre Educação, que maior interesse suscitou. Cremos, por isso, que ao iniciarmos as comemorações dos vinte anos do Conselho com esta temática, estamos a cumprir um dos seus fins mais exigentes e mais relevantes, ou seja, ser um espaço de reflexão e debate em que diferentes interesses e perspectivas de política de educação se exprimem livremente, em conflitualidade tranquila.

A senhora conselheira Maria Emília Brederode Santos empenhou-se com grande esforço na organização do programa do dia de hoje, possibilitando que tenhamos connosco o professor Don Davies – bem

conhecido, da chamada geração de Boston, dos nossos professores de Ciências da Educação – e um leque variado de personalidades que nos darão, estou certo, visões complementares e bem informadas sobre esta problemática.

Agradeço à senhora conselheira e a todos os conferencistas a sua importante contribuição, como agradeço ao Senhor Secretário-Geral do Conselho, às assessoras e a todo o pessoal técnico que tornaram possível o momento que aqui vamos ter.

O segundo seminário terá lugar no Porto, no próximo dia 6 de Novembro. Aí, trataremos de discutir o tema “Autonomia das Instituições Educativas e Novos Compromissos pela Educação”, tendo o senhor conselheiro Joaquim Azevedo aceitado coordenar a organização do programa, em que se procurarão analisar experiências e contributos do ensino superior e cruzá-las com a análise de desenvolvimentos possíveis na área da governança das instituições educativas.

No dia 21 de Novembro voltaremos a esta sala para a sessão de encerramento destas comemorações que será dedicada a aprofundar e a confrontar modos de ver a natureza, a missão e a actividade do Conselho Nacional de Educação. Antecipamos com grande expectativa esta sessão, uma vez que temos vindo a viver um período de grande perplexidade sobre o modo como, por vezes, se procura desvalorizar o papel do Conselho, situação que foi particularmente agudizada a propósito de alguns dos pareceres mais recentes.

O presidente do Conselho Nacional de Educação não pode deixar de expressar publicamente o seu desconforto. Ao longo destes vinte anos, muitos foram os pareceres emitidos pelo Conselho sobre medidas legislativas propostas nas mais diversas áreas do sistema educativo e distintos foram os modos de ver a concretização da política educativa, mas sempre os nossos pareceres se pautaram com um elevado sentido de responsabilidade na defesa das melhores soluções educativas para os problemas que o país enfrenta.

O sentido de oportunidade destas minhas observações talvez se compreenda melhor se consultarmos o artigo que o Professor Peter Mortimore escreveu no prestigiado jornal “The Guardian”, a 3 de Julho de 2007, e a que deu o título “Before legislation we need consultation”. O artigo foi inspirado naquilo que o autor observou na reunião da EUNEC, a Rede Europeia de Conselhos de Educação, de que foi primeira presidente a Professora Teresa Ambrósio. De facto, o valor e o sentido daquela rede de Conselhos Nacionais impressionaram o antigo director do Instituto de Educação de Londres que nos disse, ainda em Tallinn, na Estónia, que iria defender com veemência a criação de tais instâncias no Reino Unido. Foi isso que fez naquele interessante, e para nós reconfortante, artigo.

Senhora Ministra, senhor Professor Mário Pinto, senhoras e senhores conselheiros, minhas senhoras e meus senhores. São muitas as razões e diversas as manifestações da relevância que tem a concertação em educação como é desejável sabermos cultivar outro modo de relacionamento e co-responsabilização pela educação das nossas crianças, adolescentes e jovens, envolvendo famílias, escolas e comunidades.

Estou seguro de que a qualidade das pessoas que vão intervir neste seminário nos ajudará a pensar melhor o que devemos fazer neste domínio para termos melhor educação em Portugal. Muito obrigado a todos por se associarem ao CNE na análise e no debate destas importantes questões educativas.

Mário Pinto*

Senhora Ministra da Educação, Excelência. Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação. Senhoras e senhores conselheiros. Em primeiro lugar, desejo formular um cumprimento muito sincero ao Conselho Nacional de Educação, aos senhores conselheiros, designadamente na pessoa do Senhor Presidente, e dizer-lhes do meu enorme apreço pessoal por este órgão e por todos aqueles que nele participam.

Foi-me pedido que viesse aqui como primeiro presidente do Conselho Nacional de Educação. Não podia obviamente recusar este convite, mas aceito-o em representação de todos os presidentes anteriores e de algum modo também em representação da primeira geração, por assim dizer, da geração que instalou o Conselho. Devo dizer que foi um tempo exaltante de esperança e de emoção. Este órgão foi criado num contexto de alguma divergência, mas ao mesmo tempo de grande convicção por parte de muitos. Aqui foram concentradas muitas energias e, sobretudo, um grande desejo de independência e de concertação. O Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Júlio Pedrosa, acabou de fazer uma pequena nota que toca esta questão fundamental.

É minha convicção pessoal, muito sincera, que este órgão é muito relevante, é muito importante. Este é de certa maneira o Parlamento da Educação, o Parlamento civil, aquele que completa o Parlamento político. Nenhuma das duas legitimidades devia ser posta em causa. Assim como não é muito admissível que se ponha em causa a legitimidade política e institucional do Parlamento, também não me parece muito razoável que se possa pôr em causa, pelo simples facto de discordarmos de algumas das suas deliberações ou até eventualmente de alguns aspectos do seu funcionamento, a natureza, a legitimidade e a representatividade deste órgão.

* Primeiro Presidente do Conselho Nacional de Educação

A educação é mais do que uma questão política, é uma questão de direitos humanos, uma questão das famílias, uma questão da sociedade, uma questão das escolas enquanto organizações, enquanto expressões, seja da administração pública, seja da iniciativa privada; e, nessa medida, não pode ficar entregue apenas às deliberações políticas e à administração política. É absolutamente constitucional a apuração e a participação de todos os parceiros, de todas as entidades da vida civil, das famílias, dos pais, dos estudantes, das organizações culturais, etc. No fundo, protagonizam aquilo que é a própria vida da sociedade civil.

Eu diria que só é de admirar que instituições como esta não estejam mais promovidas e reconhecidas.

A natureza de órgão de concertação e órgão independente do Conselho Nacional de Educação traz grandes responsabilidades ao próprio. A sua independência significa uma espécie de ascese, de dever de ascese de todos os seus participantes, de todos os senhores conselheiros, no sentido de trabalharem aqui numa atitude de independência relativamente àquilo que podem ser interesses corporativos ou outros, por opção legítimos, mas que de certa maneira podem ter outras sedes que não propriamente esta que é a sede intrínseca e essencial da instância educativa.

Na educação, o lugar por excelência, o lugar fulcral, aquilo que é essencial é o interesse do aluno. Não é o nosso interesse de professores, o nosso interesse de pais inclusivamente, o nosso interesse de políticos, o nosso interesse cultural, as nossas doutrinas. Há uma ascese necessária nesta tarefa educativa, na medida em que tem de haver a renúncia, de algum modo, ao egoísmo natural das próprias convicções, ou das próprias posições, ou das próprias conveniências, ou dos próprios interesses.

Sempre foi dito, ao longo da História, que esta era uma nota essencial do pedagogo. O pedagogo é aquele que ensina os jovens, as crianças e são estas que normalmente estão na nossa consideração, não tanto os mais velhos digamos o ensino universitário, o ensino recorrente

ou o ensino durante toda a vida, como agora se diz. E perante as crianças e os jovens nós devemos tornar-nos pequeninos, humildes, desprendidos.

Compreendo muito bem que, por isso, a temática deste seminário seja Escola, Família, Comunidade. Há aqui, de algum modo, a ideia de que estas instâncias devem cooperar, devem estar relacionadas perante a tarefa da educação, mas isso só é possível, repito, na perspectiva da concertação, da disponibilidade, do diálogo e da cooperação.

Eu creio que este Conselho tem desempenhado um papel importante, e se não é mais importante é porque muitas instâncias da sociedade civil não lhe dão importância. A importância merece-se, mas nem sempre é reconhecida.

Na sociedade civil, parece que são mais evidentes ou são mais destacados os pontos de divergência, de contraste, de oposição, de conflito. Só é notícia o conflito, o choque, o desastre, a contradição. A notícia do consenso não é notícia, aquilo que se faz pacífica e tranquilamente não é notícia, por muito excelente que seja. Este Conselho não é um órgão excitante para a comunicação social, exactamente porque é um órgão de concertação, um órgão de independência que não está, digamos, atrelado a contrastes. Pelo contrário, de certa maneira tem uma dinâmica oposta. E como é independente, ainda por cima, também não suscita a adesão de quem quer que seja partidário.

O Conselho Nacional de Educação merecia maior atenção nos seus pareceres, nas suas muitas iniciativas, na sua pluralidade interna, na sua riqueza, merecia muito maior reconhecimento público pelo trabalho que faz. Quem tiver o cuidado de ler os pareceres e o trabalho feito, conhecerá como foi operosa a actividade deste Conselho e verificará que na sua actividade predomina o consenso e o acordo e não a divergência e o contraste. O que é notável porque todos sabemos que estão aqui representados pontos de vista muito diferentes sobre muitos aspectos. Instituições que têm por função, e legítima função, defender interesses em relação contrastante. Este órgão realiza a sua função na medida em

que exprime esses consensos. Portanto, isto devia ser-lhe reconhecido e, contudo, não o é. E o próprio órgão em vez de se auto-fustigar deve, pelo contrário, reconhecer a sua excelência numa sociedade que possivelmente, no futuro, não será tanto pelos conflitos, pelas divergências, mas mais pelos consensos que poderá encontrar os melhores e mais elevados caminhos de progresso, de desenvolvimento, de cultura.

Nas décadas da minha vida – a minha vida, eu divido-a normalmente em três partes e, portanto, há ali uma área central correspondente a umas certas décadas – o conflito, na ideologia dominante, aparecia como a mãe de tudo, a fonte de tudo, mas manifestamente isso não é verdade. Se olharmos para a vida, verificaremos que aquilo que manteve a vida desde o início, não foi o conflito, mas a cooperação. Não foi o ódio, nem a divergência, nem a luta, mas foi o amor, a união, a convergência e a cooperação. Se não tivesse havido predominância do amor, da cooperação, desde logo nas famílias, a vida não teria sobrevivido na Terra.

Senhoras e senhores conselheiros. Não vinha para fazer nenhuma conferência, obviamente; vinha para dar um testemunho do modo como um de entre vós, um de entre nós, se me permitem, vê este Conselho. Como não quero demorar, termino formulando o voto de que todos nós nos confirmemos nesta ideia essencial de que, porque o que está em causa essencialmente na tarefa da educação é o intangível interesse, sobretudo, da criança e do jovem, ninguém tem o direito de fazer prevalecer sobre esse interesse a sua opinião, a sua convicção de uma forma insensível à necessidade de convergência, de diálogo, de revisão dos próprios pontos de vista, de concertação, direi numa palavra, de humildade.

Senhora Ministra da Educação. Nem sempre os ministros gostaram dos pareceres deste Conselho; mas nem sempre os pareceres deste Conselho tiveram – e não me refiro à sua pessoa, mas à História – o acolhimento que eventualmente creio que talvez tivessem merecido, em

muitos aspectos, em muitos momentos, das próprias decisões políticas. Mas isso faz parte da própria natureza das coisas. Seria muito pior que o Conselho não existisse e é muito melhor para a educação do País, para as tarefas educativas do País, que este Conselho exista, aliás é um órgão leve, um órgão que não é pesado sob nenhum aspecto.

Desejo, Senhora Ministra, exprimir-lhe o meu testemunho de muita admiração e interesse pela obra que tem vindo a realizar. Não concordo inteiramente com ela, mas isso não está em causa em todos os aspectos, mas sim no essencial. Desejo que a reforma do sistema educativo continue. Nós necessitamos de um sistema educativo que manifeste de uma forma mais eficiente o serviço da educação às várias gerações de jovens. A tarefa não é só da escola, mas também das famílias. O papel das famílias está porventura também muito em causa nas nossas sociedades. Há toda uma manipulação que dificulta às famílias a tarefa educativa; e isso é um problema gravíssimo da actualidade e provavelmente do futuro. Não sei como é que a vida no futuro vai organizar a educação das crianças, mas seguramente que esse é um dos maiores e dos mais importantes e exigentes problemas das sociedades actuais.

Senhor Presidente, desejo-lhe exprimir também o meu muito apreço e consideração pelo seu trabalho. Senhores conselheiros, aceitem o testemunho de muita estima e apreço na diversidade das instâncias que representam, no pluralismo das opiniões que têm e das convicções que possuem; e permito-me afirmar que é aí que reside a riqueza deste órgão. E termino, formulando para o Conselho Nacional de Educação o voto de muito bom trabalho e, se é justo dizê-lo, também, o voto de que o seu trabalho tenha mais claramente a admiração, o apreço e a reverência que merece. Muito obrigado.